
A Modernização das Bibliotecas Portuguesas Cinco Anos Decisivos *

MARIA LUÍSA CABRAL e MARIA INÊS LOPES

Biblioteca Nacional

A PESAR de este artigo tentar dar uma ideia sobre as profundas alterações verificadas em Portugal nos últimos cinco anos no tocante à modernização das bibliotecas portuguesas, as fontes bibliográficas sobre todo este processo continuam a ser muito escassas. Para além dos dados estatísticos oficiais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, os quais pouco têm a ver com o processo de informatização que a modernização implica, recorreremos aos dois estudos do LIB2 (aos dados de 1986 e de 1990), utilizámos artigos nossos anteriormente publicados e um ou outro dado proveniente do conhecimento real que possuímos da situação em geral. Os técnicos portugueses ainda não desenvolveram o hábito de escrever e

este aspecto, não sendo irrelevante, deve ser desde já apontado na introdução do presente trabalho.

1. A situação nas bibliotecas portuguesas em 1986 e hoje

A evolução que se verifica no panorama das bibliotecas portuguesas, de 1986 a 1991, incide sobretudo num aumento significativo do volume de informação bibliográfica automatizada, numa notória banalização de novas tecnologias de acesso à informação e na conseqüente valorização dos recursos humanos das bibliotecas.

O próprio contexto das bibliotecas portuguesas modificou-se substancialmente, revelando que a atenção política sobre o sector já não está completamente ausente e indicia até aspectos de coordenação a nível nacional. É o caso do lançamento de projectos visando a criação de sis-

* Tradução e adaptação de artigo originalmente preparado para a revista *PROGRAM*, *Aslib*, vol. 26, n. 3, July 1992.

temas sectoriais de ICT na Administração Pública, de que destacamos as áreas de Indústria e Energia; do lançamento do Projecto do Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas em Linha — PORBASE, por iniciativa da Biblioteca Nacional (BN); e do Projecto de Rede de Leitura Pública, promovido pelo IPLL, visando a implantação e apetrechamento de bibliotecas municipais em cooperação com as autarquias; e do lançamento de um sistema cooperativo para as bibliotecas da região centro (SIIB/Centro), a implementar no sistema DOBIS/LIBIS.

No entanto, embora estas iniciativas consubstanciem novos investimentos de toda a ordem que não deixam de ser significativos, esses investimentos não reflectem uma melhoria geral do perfil das bibliotecas, quer em termos das colecções e disponibilidades financeiras para o seu desenvolvimento, quer em termos de aumento significativo de recursos humanos.

Tomando como base os resultados obtidos no inquérito efectuado às bibliotecas portuguesas para actualização do estudo LIB2, o universo das bibliotecas portuguesas caracteriza-se por uma predominância de fundos documentais de média e pequena dimensão (apenas 6,6% com mais de 50 000 títulos), tendo sido identificadas apenas três instituições com fundos iguais ou superiores a 500 000 títulos. Dum modo geral, as colecções incluem um reduzido

número de periódicos correntes (apenas 2,1% com mais de 2000 títulos), sendo praticamente sem significado as colecções de material não-livro.

A evolução que se verifica no panorama das bibliotecas portuguesas, de 1986 a 1991, incide sobretudo num aumento significativo do volume de informação bibliográfica automatizada, numa notória banalização de novas tecnologias de acesso à informação e na conseqüente valorização dos recursos humanos das bibliotecas.

Excluindo a BN, as maiores colecções de monografias pertencem ao sector das bibliotecas públicas, seguindo-se as universitárias e as especializadas do sector privado, sendo predominantes, no caso dos periódicos, as colecções das bibliotecas especializadas da Administração Central, seguidas das bibliotecas universitárias e das especializadas do sector privado.

Não se tendo verificado substanciais modificações no panorama das bibliotecas a estes níveis, a maior evolução reside no número de catálogos automatizados existentes, cuja percentagem subiu, entre 1986 e 1991 significativamente: de 5,57% das 556 bibliotecas analisadas em 1986, para 41% das 236 bibliotecas analisadas em 1991.

Trata-se de bases de dados relativamente recentes — a maioria posterior a 1988 — o que explica as reduzidas dimensões das mesmas (66,2% com menos de 5000 registos) e também o facto de a percentagem de informação bibliográfica automatizada ser ainda baixa relativamente ao volume das colecções.

Essa percentagem está, assim, naturalmente, na ordem inversa do volume das colecções, exceptuando-se o caso da Biblioteca Nacional, que apresenta uma base de dados equivalente a 28% dos fundos, o que decorre essencialmente do programa de conversão retrospectiva implementado.

De facto, para além da BN, poucas são ainda as bibliotecas que possuem programa de conversão retrospectiva, o que tem a ver com a fraca disponibilidade em recursos humanos e também com a escassez de meios financeiros para aquisição de equipamento: dum modo geral, e exceptuando a BN, os recursos humanos qualificados são manifestamente insuficientes e as disponibilidades financeiras reduzidíssimas, sobretudo no que respeita a verbas para aquisição de equipamento informático, sendo mesmo que a maioria não dispõe de orçamento próprio para esse fim.

Embora com um crescimento lento (apenas 9,1% com um crescimento superior a 5000 registos/ano), correspondendo maioritariamente apenas a bibliografia corrente, os catálogos

automatizados são hoje, em Portugal, uma realidade banal, apesar do equipamento disponível ser, em regra, diminuto.

Com efeito, esse equipamento resume-se, na maioria dos casos, ao indispensável (microcomputadores) para a implementação da parametrização PORBASE do Mini-micro CDS/ISIS, disponibilizado pela Biblioteca Nacional e utilizada na catalogação.

Esses investimentos não refletem uma melhoria geral do perfil das bibliotecas, quer em termos das colecções e disponibilidades financeiras para o seu desenvolvimento, quer em termos de aumento significativo de recursos humanos.

Esta aplicação é o *software* mais utilizado em Portugal (distribuído a mais de 450 instituições), sobretudo no que se refere às bases de dados iniciadas depois de 1988 — o que se compreende quer pelo insignificante investimento que exige quer pela formação e apoio técnico prestados pela Biblioteca Nacional. Por essa mesma razão, as funções automatizadas são essencialmente a catalogação e a pesquisa, constituindo as restantes — das quais mesmo assim se destaca o empréstimo — excepções ao panorama geral.

De um modo geral as bibliotecas portuguesas não têm capacidade financeira para aquisição de sistemas

integrados, os quais também, talvez por isso mesmo, não têm expressão significativa no mercado informático nacional.

Dada a utilização generalizada da versão PORBASE do Mini-micro CDS/ISIS, o formato de recolha de dados mais usado em Portugal é o UNIMARC, utilizado por 72,4% das bibliotecas analisadas no LIB2, o que tem estimulado a troca de registos, prática que abrange hoje cerca de metade das bibliotecas que o utilizam.

De um modo geral as bibliotecas portuguesas não têm capacidade financeira para aquisição de sistemas integrados, os quais também, talvez por isso mesmo, não têm expressão significativa no mercado informático nacional.

O movimento de informatização a que se assistiu nos últimos cinco anos espevitou também o interesse pela utilização de tecnologias de informação noutros aspectos, contribuindo para a modernização geral do ambiente nas bibliotecas. O caso mais notório é o do CD-ROM, instrumento de pesquisa que podemos considerar vulgarizado sobretudo nas bibliotecas científicas. A utilização do videotex, do correio electrónico, a pesquisa em catálogos à distância — nomeadamente da PORBASE — não são já novidade.

A rapidez de acesso à informação por um lado e a compatibilidade e

portabilidade da informação bibliográfica automatizada, por outro, são hoje de molde a criar o ambiente propício e as condições técnicas necessárias a uma melhor rentabilização dos recursos bibliográficos existentes no País. A expansão da prática do empréstimo interbibliotecas, a nível nacional e internacional, a que hoje se assiste são disso um primeiro, mas muito significativo, sinal.

Entre todas as bibliotecas portuguesas, as públicas são seguramente aquelas que manifestam maior progresso entre 1986 e 1991.

A leitura pública e as suas bibliotecas têm recebido considerável apoio das autoridades central e locais. Desde 1987 que as bibliotecas públicas têm obtido um apoio regular que lhes tem permitido renovar, reconstruir (ou construir), formar e equipar. Até mesmo pensar na sua informatização.

Muitas bibliotecas públicas dispõem da parametrização CDS ISIS/PORBASE, algumas são membros activos no âmbito da rede PORBASE, estando umas mesmo em ligação X.25 prontas à catalogação em linha.

No entanto, a falta de um total entrosamento de interesses entre a BN e as autoridades responsáveis pela leitura pública não tem permitido grandes avanços na informatização das bibliotecas públicas.

Segundo o IPLL «a solução considerada mais adequada compreende um sistema central que deverá estar

Não fora a convicção de que o processo de informatização haveria de contribuir decididamente para a introdução da modernização nos procedimentos técnicos e na atitude dos profissionais da Biblioteca Nacional e ainda hoje nos manteríamos impunemente à margem de qualquer mudança.

ligado a sistemas locais situados nas bibliotecas municipais. Cada sistema local deverá permitir a automatização de todas as áreas funcionais previstas (catálogo local, catálogo colectivo em linha, tratamento técnico, empréstimo e gestão de aquisições e estatísticas) bem como a cooperação de todas as outras entidades participantes na rede. O sistema central deverá suportar o catálogo colectivo da Leitura Pública a disponibilizar e permitir a difusão de informação requerida por uma política integrada do livro e da leitura [...]. O desenvolvimento do Projecto prevê a instalação gradual de sistemas locais cujos catálogos locais iniciais serão preparados pelo IPLL com base nos registos adquiridos à Biblioteca Nacional. Ao IPLL cabe ministrar a formação de pessoal necessária e acompanhar cada uma das bibliotecas em todo o processo *.»

Qualquer que seja a opção, o caminho é o da informatização e as

bibliotecas públicas sabem que sendo os seus fundos maioritariamente de bibliografia nacional só têm vantagem na re-utilização do processamento bibliográfico que a BN, por lei, tem de assegurar.

2. A informatização da BN: o cerne da mudança

Não fora a convicção de que o processo de informatização haveria de contribuir decididamente para a introdução da modernização nos procedimentos técnicos e na atitude dos profissionais da Biblioteca Nacional e ainda hoje nos manteríamos impunemente à margem de qualquer mudança. De facto, o diminuto volume de entradas incluindo aquisições, que ainda hoje se verifica quer na Biblioteca Nacional quer nas outras bibliotecas portuguesas; a atitude generalizada de grande alheamento que então se verificava em Portugal relativamente à comunidade internacional, e aos progressos tecnológicos; ou mesmo, um certo sentimento de auto-satisfação pelo nível atingido sempre comodamente justificado pela endémica carência de meios, eram tudo factores que não faziam prever grandes alterações quer na BN quer nas outras bibliotecas portuguesas.

Entre os factores mencionados vale a pena referir com mais pormenor a questão do baixo volume de entradas, incluindo o depósito legal.

* LIB2, 1991.

Este não excedia os 1000 títulos por mês, incluindo espécies cujo interesse científico era altamente duvidoso. Claro que a lentidão de processamento, os velhos hábitos bem instalados, a falta de procura, o próprio entendimento que se fazia da BN, nunca exigiriam a informatização desta e muito menos concebida como fulcro de uma base nacional, hospedada num computador de largo porte. Digamos que, se a BN tivesse apenas considerado os seus interesses individuais e imediatos e a sua própria unidade geográfica, então a BN poderia ter optado por um equipamento de pequeno/médio porte, e por programas menos exigentes e mais económicos. Mas uma solução com esses limites deixaria de fora um aspecto fundamental para a comunidade das bibliotecas portuguesas: a construção e gestão do Catálogo Colectivo nacional — inoperante ou mesmo impraticável em termos manuais — mas que desde logo se reconheceu de crucial importância num País como Portugal de escassos e dispersos recursos bibliográficos e em que as bibliotecas enfrentam enormes dificuldades quer financeiras quer humanas.

Não só porque por lei a criação, gestão e manutenção do Catálogo Colectivo lhe estão cometidas mas também porque seria de todo improvável que outras instâncias alguma vez assumissem essa função, o Catálogo Colectivo foi considerado no projecto de automatização lançado

pela BN, acabando por constituir o grande motor da mudança no panorama português, ultrapassando em muito o mero plano de automatização interna da instituição.

Na verdade, o que empurrou a BN para a informatização foi a percepção de que esta implicaria uma tal transformação de hábitos e rotinas e um tal aprofundar contínuo de conhecimentos que a BN entraria, de qualquer jeito, no ritmo que caracterizava há já algumas décadas as suas congéneres europeias e norte-americanas, acabando por influenciar decisivamente o sistema nacional. Não se pode dizer que se tratou de uma decisão friamente calculada com base em prolongados estudos técnicos e ainda maiores análises financeiras.

Na verdade, o que empurrou a BN para a informatização foi a percepção de que esta implicaria uma tal transformação de hábitos e rotinas e um tal aprofundar contínuo de conhecimentos que a BN entraria, de qualquer jeito, no ritmo que caracterizava há já algumas décadas as suas congéneres europeias e norte-americanas, acabando por influenciar decisivamente o sistema nacional.

O projecto lançado pela BN correspondeu antes a uma opção pragmática visando objectivos globais

definidos segundo um modelo de situação ideal que, à partida, num País como Portugal, se mostrava não só realizável mas sobretudo urgente.

A BN teve, pois, que mostrar a sua capacidade organizativa, técnica e formativa desencadeando uma desusada actividade interna virada também para o exterior no desenvolvimento de estudos de carácter técnico, na preparação de instrumentos normativos, na reciclagem profissional, na consultoria e no apoio técnico.

O lançamento e concretização do Projecto também não contou com a movimentação de grandes equipas (aliás, inexistentes) mas apenas com um reduzido grupo de profissionais totalmente empenhados em atingir objectivos práticos fundamentais, avançando sempre mesmo quando o necessário apoio político-administrativo tardava, e sem o enquadramento que a definição de parâmetros e objectivos nacionais teria bem melhor suportado.

De facto, apesar do reconhecimento governamental da importância dos objectivos do Projecto e da sua liderança pela BN (despachos ministeriais de 1985 e 1986), não foram providos meios humanos especialmente destinados ao Projecto, por um lado, e verificaram-se ineficazes na prática as directrizes oficiais para

a participação das bibliotecas portuguesas dada a diversidade de tutelas sobre as mesmas. Essa participação, hoje já significativa, acabou por ser, de certo modo, conquistada e não imposta, facto positivo e revelador da necessidade de cooperação sentida pelos profissionais.

Com efeito, tomada a decisão e definidos os objectivos que o Projecto devia cumprir — a informatização do Catálogo Geral da BN, a informatização e publicação atempada da bibliografia portuguesa corrente e a concretização do Catálogo Colectivo em Linha das Bibliotecas Portuguesas — a BN assumia claramente as suas responsabilidades como agência bibliográfica nacional.

Muito embora os objectivos iniciais fossem modestos e se coadunassem em absoluto com as directrizes internacionais para as bibliotecas nacionais, para o espaço nacional constituíam verdadeiramente uma ousadia. A adesão sucessiva das bibliotecas portuguesas a este novo impulso da BN lançou-a progressivamente para vãos mais ambiciosos e, só então, se começa a referir a criação de uma base de dados nacional extravasando os limites espaciais da BN, uma base de dados que viesse a ligar as diversas bibliotecas portuguesas, que viesse a desenvolver-se em rede e que pudesse, a partir dessa arquitectura e na percepção dos novos avanços tecnológicos (OSI nomeadamente), vir a dinamizar o

empréstimo interbibliotecas praticamente inexistente em Portugal e, eventualmente, a lançar os fundamentos de uma política nacional de aquisições.

A opção feita teve a ver, em primeiro lugar, com a disponibilidade das soluções no mercado de aplicações em Portugal e, portanto, com a tendência clara para a sua vulgarização e maior suporte e, em segundo lugar, com o conhecimento da realidade portuguesa a qual reflectia um completo isolamento da comunidade internacional, e uma falta tremenda de conhecimentos técnicos na matéria, fossem eles de carácter biblioteconómico ou informático.

Foi um assumir natural de funções de coordenação e liderança biblioteconómica, imbuído de forte cariz dinamizador que impôs uma nova imagem da BN no meio biblioteconómico português, confirmando-a como agência bibliográfica nacional — função presente na lei mas, por tradição, quase ausente na prática até então. A BN teve, pois, que mostrar a sua capacidade organizativa, técnica e formativa desencadeando uma desusada actividade interna virada também para o exterior no desenvolvimento de estudos de carácter técnico, na preparação de instrumentos normativos, na reciclagem profis-

sional, na consultadoria e no apoio técnico.

Seria estulto acreditar que os estudos e actividades desencadeadas partiam do zero. Havia no interior da BN uma larga tradição de análise biblioteconómica mas que nunca tinha encontrado uma directriz comum, nem nunca tinha sido devidamente enquadrada tendo em vista a realização de um objectivo. A BN vivera décadas de grande isolamento, absolutamente virada sobre si mesma, sem um desígnio e, sobretudo, sem visão. O potencial existia tendo, a certa altura, sido apenas necessário dar-lhe uma oportunidade para se manifestar.

3. As questões técnicas fundamentais

Desde os primeiros momentos do Projecto, ficou assente que o sistema a instalar e a base de dados a montar obedeceriam a quatro princípios essenciais: «chave na mão», modular, integrado e em linha. Hoje, cinco anos depois de ter sido tornado público o *Caderno de Encargos* (Novembro 1986), quase nos dá vontade de rir o óbvio da declaração. É preciso, contudo, ter presente que a BN foi a primeira biblioteca portuguesa que pensou na informatização como um processo global, ultrapassando a simples automatização desta ou daquela função de gestão, e que mesmo com funções avulsas infor-

matizadas havia apenas cerca de 30 bibliotecas* maioritariamente com programas e formatos desenvolvidos nas próprias instituições, sem nenhum relevo ou impacto nacional, quer pelo insignificante volume de informação bibliográfica automatizada quer pela impossibilidade técnica de transferência dessa informação.

E embora possamos agora sorrir da ingenuidade de 86/87, uma opção a fazer-se hoje, seguiria novamente os mesmos passos. Mais do que nunca está bem claro que a produção institucional de um sistema próprio neste campo da informatização traz larguíssimos prejuízos e nenhum (ou quase nenhum) benefício, sendo o isolamento o maior de todos os males.

No Verão de 1986 a BN iniciou contactos com a UNESCO para obtenção do programa Mini-micro CDS/ISIS.

A opção feita teve a ver, em primeiro lugar, com a disponibilidade das soluções no mercado de aplicações em Portugal e, portanto, com a tendência clara para a sua vulgarização e maior suporte e, em segundo lugar, com o conhecimento da realidade portuguesa a qual reflectia um completo isolamento da comunidade

internacional, e uma falta tremenda de conhecimentos técnicos na matéria, fossem eles de carácter biblioteconómico ou informático. Desenhar o nosso próprio sistema teria equivocado ao suicídio. Paralelamente à definição das características fundamentais do sistema, a outra grande decisão situou-se no domínio da normalização informática e biblioteconómica.

A Comunidade Europeia acabara de definir (1985), como princípios a seguir, a aplicação das normas ISO/OSI e ISO 2709, enquanto a IFLA (Chicago, 1985) acordara que o formato de recolha de dados, com vista às trocas internacionais, seria o UNIMARC.

A BN não tinha muita escolha: ou se fechava sobre si mesma, ignorava os benefícios que os protocolos OSI anunciavam e desenvolvia um formato próprio, ou se abria à comunidade internacional e abandonava a atitude de avestruz. Em boa hora, optou pela universalidade das soluções, garantindo o futuro.

O óbvio da solução escolhida parece indiciar que o processo de informatizar é simples e que, especialmente no caso da BN, tudo foi claro, linear, imediato. Só pode pensar assim quem nunca se envolveu numa situação de gestão com este objectivo. Factores como a resistência humana, individual e institucional, embora não tenham posto em causa o Projecto, exigiram o prosseguimento, com muita firmeza, de uma

* LIB2, 1986.

linha de acção definida centralmente a qual, embora exigindo reajustamentos constantes, teve sempre presente os seus objectivos práticos.

O périgo do óptimo e do absolutamente perfeito, espreitam em cada decisão, em cada grupo de trabalho e em cada um de nós próprios. Foi preciso, em cada momento, contrapor os factores tempo, custos, urgência. E ainda manter viva a chama da integração na comunidade internacional, da actualidade e o princípio da flexibilidade de soluções. Pretendia-se, em suma, um sistema de soluções transparentes que resistisse à década seguinte.

4. A complementaridade

CDS ISIS/GEAC

No Verão de 1986 a BN iniciou contactos com a UNESCO para obtenção do programa Mini-micro CDS/ISIS. Nessa época estávamos longe de calcular o tremendo impacto que a aquisição desse programa iria ter nas bibliotecas portuguesas. De facto, até 1991, a difusão do programa revolucionou o cenário biblioteconómico português. O potencial a explorar é ainda imenso e algum apoio das autoridades poderia permitir outro enorme salto qualitativo.

Vale a pena debruçarmo-nos um pouco sobre esse programa ainda mal conhecido nos países do norte e, que só por isso mesmo, tem sido minimizado.

O Mini-micro CDS/ISIS (de agora em diante denominado CDS ISIS) foi especialmente desenvolvido a pensar nas unidades de informação localizadas em países de menor capacidade económica, sobretudo situadas fora da Europa. A sua implantação e êxito são tremendos em países do Sudoeste Asiático e América do Sul ou do Pacífico. A sua utilização conhece aí um aproveitamento máximo, sem complexos por ser gratuito.

De facto, até 1991, a difusão do programa revolucionou o cenário biblioteconómico português. O potencial a explorar é ainda imenso e algum apoio das autoridades poderia permitir outro enorme salto qualitativo.

A Europa fechou-lhe, por tempo demasiado, as portas e os motivos parecem evidentes. Haverá razões para explicar a relutância relativamente ao CDS ISIS o que, até à bem pouco tempo, se demonstrava pela pouca atenção prestada.

Para nós, a quem o mercado internacional era inacessível e com quem o mercado internacional não perdia tempo*, o CDS ISIS surgiu no momento certo. Trata-se de um programa informático para gestão de informação textual, recorrendo a campos de comprimento variável e

* LIB2, 1986.

repetíveis, o que o dota de grande flexibilidade e de extraordinária capacidade de armazenagem.

A BN, uma vez nomeada como Centro Distribuidor Nacional do CDS ISIS, tratou de o traduzir para língua portuguesa e de o parametrizar para o formato UNIMARC. No início de 1987, ou seja, quando prosseguia o «*call for vendors*» para o grande sistema que deveria suportar a base de dados nacional, o CDS ISIS estava pronto para ser lançado como uma aplicação para catalogação UNIMARC, baptizada PORBASE, aplicação que tem sofrido sucessivos melhoramentos. A PORBASE 3.0 é, pois, uma parametrização do CDS ISIS destinada à recolha, pesquisa, e difusão de registos bibliográficos em formato UNIMARC (ISO 2709).

Para nós, a quem o mercado internacional era inacessível e com quem o mercado internacional não perdia tempo, o CDS ISIS surgiu no momento certo. Trata-se de um programa informático para gestão de informação textual, recorrendo a campos de comprimento variável e repetíveis, o que o dota de grande flexibilidade e de extraordinária capacidade de armazenagem.

Não foi por acaso que se parame-
trizou o CDS ISIS para a preparação de
registos UNIMARC. O caderno de en-
cargos para o grande sistema, finali-

zado no Outono de 1986, exigia a
apresentação de candidaturas que
propusessem UNIMARC.

A preparação prévia, portanto, da
BN relativamente ao CDS ISIS, a forma-
tação e familiarização que a sua in-
trodução provocou, tiveram como
consequência que a parametrização
do formato e o domínio das especifi-
cidades técnicas deste no grande sis-
tema, encontraram na BN o ambiente
ideal. Do pequeno sistema para o
grande sistema, a transferência de
rotinas foi transparente, a adaptação
não pôs problemas intransponíveis, a
habituação foi sem sobressaltos. Ainda
no âmbito da BN há outro aspecto
particularmente importante que deve
ser referido.

A banalização do CDS ISIS na
BN demorou menos de seis meses
(Março/Setembro 1987). Em Setem-
bro era lançado o Programa de Con-
versão Retrospectiva com recurso à
utilização do CDS ISIS o qual tinha
como objectivo a preparação de 100
mil registos bibliográficos até à inau-
guração do grande sistema, algures
em meados de 1988.

A ideia foi preparar uma massa
crítica significativa, em termos nacio-
nais, pronta a corresponder às expec-
tativas criadas à volta da própria
inauguração do sistema, não deixan-
do este vazio e oco como se de
bibelot se tratasse.

A esta proposta, juntava-se a sur-
presa de descobrir que o grande sis-
tema então adquirido (Julho de 1987)
dispunha da capacidade de adoptar

o formato UNIMARC, mas não o tinha disponível. E a sua disponibilização iria exigir árduo trabalho da equipa da BN, de conclusão difícil de prever dada a inexperiência dos profissionais dentro e fora da BN.

Quando finalmente em Fevereiro de 1989 a catalogação se tornou, de facto, em linha, a base de dados — também designada PORBASE — disponibilizava já aos seus utilizadores mais de 200 mil registos, sobretudo de bibliografia portuguesa, transferidos em diferido a partir da parametrização CDS ISIS/PORBASE.

Hoje em dia a parametrização CDS ISIS/PORBASE é utilizada, na BN, para conversão retrospectiva quer de material antigo quer de material «corrente», prosseguindo depois a rotina para integração na base de dados hospedada no GEAC.

Fora da BN a situação é diversa. São cerca de 450 as bibliotecas portuguesas que dispõem do CDS ISIS/PORBASE para resolverem os seus problemas de catalogação e pesquisa. Destas, cerca de sessenta enviam em disquete cópia dos seus registos para a BN onde, após controle de qualidade e de duplicados, são integrados na base de dados. Não cabe aqui explicar os intrincados mecanismos do Programa de Conversão Retrospectiva e da Construção do Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas, mas é oportuno referir que do trabalho conjunto da BN, das bibliotecas ligadas em modo permanente (X.25) e das 60 bibliotecas cooperantes

(diferido) há já um catálogo a caminho das 400 000 entradas bibliográficas.

Hoje em dia a parametrização CDS ISIS/PORBASE é utilizada, na BN, para conversão retrospectiva quer de material antigo quer de material «corrente», prosseguindo depois a rotina para integração na base de dados hospedada no GEAC.

Fora da BN a situação é diversa. São cerca de 450 as bibliotecas portuguesas que dispõem do CDS ISIS/PORBASE para resolverem os seus problemas de catalogação e pesquisa.

Este trabalho cooperativo, que ainda não é catalogação partilhada, é a expressão da vontade individual dos muitos profissionais envolvidos mas não reflecte a existência de uma política nacional para o sector. Em 1992, a ausência de enquadramento político e cultural continua tão dramática como o era em 1986*. A complementaridade que provocámos ao parametrizar de forma idêntica o CDS ISIS e o GEAC proporcionou à BN e ao País não só uma poupança financeira em termos reais, como nos fez ganhar tempo e, em apenas três anos, dispôr de uma das maiores bases de dados bibliográficos da Europa, per-

* LIB2, 1986.

feitamente normalizada, apta a importar e a exportar registos bibliográficos.

5. O desenvolvimento da solução cooperativa

O projecto de informatização da BN ganhou foros de base nacional apenas depois do apoio que as principais bibliotecas portuguesas resolveram dar-lhe. Não foi intenção original declarada ir tão longe, mas o novo esquema proposto assenta perfeitamente à deficiente situação nacional.

Este trabalho cooperativo, que ainda não é catalogação partilhada, é a expressão da vontade individual dos muitos profissionais envolvidos mas não reflecte a existência de uma política nacional para o sector.

O *Caderno de Encargos* (Novembro 1986) já incluiu a consideração de outras bibliotecas, universitárias e públicas, assim como também considerava a necessidade de adquirir um sistema que garantisse a expansão inevitável.

Não tem sido, contudo, fácil o crescimento da PORBASE em termos de verdadeira rede. As dificuldades invocadas mais do que de ordem técnica são de ordem financeira mas mesmo essas, pensamos, não têm

sido devidamente avaliadas. Julgamos que as verdadeiras causas se encontram na falta de uma definição política, com atribuição de competências, e também no receio que muitas bibliotecas têm da dinâmica da BN. Seja como for, os fundamentos da rede estão lançados: as ligações por X.25 sucedem-se; o número de bibliotecas interessadas na catalogação em linha cresce; o número de bibliotecas que acedem para pesquisa aumenta; o número de bibliotecas a colaborar na criação do Catálogo Colectivo é também crescente; as bibliotecas desejosas de comungar uma mesma linguagem de indexação (CLIP) são sempre mais.

No entanto, não se pode ainda dizer que a solução cooperativa tenha uma implantação definitiva ao nível de todas as bibliotecas mais importantes pela antiguidade e volume das colecções, pela inserção universitária e pela vocação para a pesquisa e investigação. Uma das críticas mais usuais tem a ver com a existência da base de dados centralizada e o receio por parte de cada instituição, de perda de controle sobre os seus registos.

Não valerá a pena aprofundar muito sobre estes receios assumidos. Um sistema inovador e cooperativo como é a PORBASE não surge do pé para a mão feito e acabado, ao mesmo tempo que exige alguma dose de generosidade. Por um lado, se a BN se lançou por terra de ninguém a montar um sistema de

grande porte só o poderia fazer faseadamente e, portanto, nem todos os aspectos anunciados estavam prontos a servir de imediato. É o caso da extracção de registos autorizando cada biblioteca a fazer uso da catalogação em linha e, simultaneamente, a dispôr localmente da sua própria base de dados. Só agora a solução começa a ser palpável e, mais uma vez, a BN esteve sozinha no desbravar desse terreno.

Os fundamentos da rede estão lançados: as ligações por x.25 sucedem-se; o número de bibliotecas interessadas na catalogação em linha cresce; o número de bibliotecas que acedem para pesquisa aumenta; o número de bibliotecas a colaborar na criação do Catálogo Colectivo é também crescente; as bibliotecas desejosas de comungar uma mesma linguagem de indexação (CLIP) são sempre mais.

Por outro lado, a criação do Catálogo Colectivo exige, pela própria definição, a participação voluntária de cada biblioteca não permitindo, certamente, que cada uma se mantenha de parte na esperança de que o vizinho faça o trabalho todo.

Esta confiança e generosidade têm sido particularmente difíceis de alcançar, encontrando os seus críticos bom terreno para semear nas dificuldades que a implementação de

um sistema novo sempre encontra. A superação destes problemas de gestão tem sido sempre mais complexa que a dos problemas de ordem técnica porque, obviamente, bule com a atitude, a rotina, a quietude de cada um.

Sejam quais forem as dificuldades, a opção por um sistema centralizado tem justificações ponderosas e elas, no caso de Portugal, são de ordem geográfica, prendem-se com a falta de recursos humanos e financeiros e, sobretudo, com o baixo volume de livros existentes nas nossas bibliotecas. Estimado em 4-5 milhões de títulos diferentes (dos quais 1/3 se encontra na BN), a gestão deste volume acaba por ser mais eficaz se centralizada. O custo da manutenção do sistema desce, para já não falar da dispensabilidade de múltiplos e massivos investimentos iniciais.

No entanto, não se pode ainda dizer que a solução cooperativa tenha uma implantação definitiva ao nível de todas as bibliotecas mais importantes.

A PORBASE poderá assentar sobre a existência de um ficheiro central que desempenhará as funções de catálogo colectivo ao qual acede quem quer, quando quer. Em torno desta base central localizam-se os seus fornecedores: em linha ou em diferido. E também os seus utilizadores: por x.25 ou por ligação comutada. Para

estes, haverá a possibilidade de extracção de registos e a consequente criação de bases de dados locais a partir das quais se fará a gestão local, aquisições e empréstimos. O esquema é de uma enorme simplicidade e transparência espera-se que o entusiasmo venha a corresponder. Entre a visão da BN e os anseios de muitas outras bibliotecas será possível criar uma verdadeira sintonia.

Uma das críticas mais usuais tem a ver com a existência da base de dados centralizada e o receio por parte de cada instituição, de perda de controle sobre os seus registos.

pensar na sua actualização; que é inútil pensar em dispôr, mesmo que seja só de uma, grande biblioteca de carácter universal. A própria BN só na lei é «universal»: os seus fundos, pelas falhas do depósito legal e pelo baixo volume de aquisições apenas comprova esta asserção.

Esta confiança e generosidade têm sido particularmente difíceis de alcançar, encontrando os seus críticos bom terreno para semear nas dificuldades que a implementação de um sistema novo sempre encontra. A superação destes problemas de gestão tem sido sempre mais complexa que a dos problemas de ordem técnica porque, obviamente, bule com a atitude, a rotina, a quietude de cada um.

6. Outros problemas candentes

Quase inevitavelmente modernização significa informatização e foi disto que falámos nesta apresentação sobre as bibliotecas portuguesas. Temos, contudo, a noção que outros aspectos deveriam ser abordados e entre eles talvez o de maior relevo seja o do desenvolvimento das colecções. Também esta faceta pode beneficiar em muito da existência de catálogos informatizados, mas o problema que se põe em Portugal vai mais fundo em complexidade e mais atrás no tempo. As colecções são pobres e são pobres há décadas. O que significa que é quase inútil

Não vamos aqui discutir este problema, mas citamo-lo porque ele se prende com a questão de acesso a bases de dados, sobretudo se e quando disponíveis sobre CD-ROM. O CD-ROM provoca hoje em dia grande sucesso entre os profissionais de biblioteca portugueses. Efectivamente, obvia-lhes o problema dos custos das telecomunicações e da dificuldade técnica que estas, por vezes, arrastam. Os CD-ROM's têm penetrado muito bem no mercado português, sobretudo nas bibliotecas das instituições das chamadas ciências duras.

Somos, contudo, de opinião que pouca ou nenhuma reflexão tem sido feita sobre a questão. Não substituindo o CD ROM a existência da própria informação, a vulgarização dos CD ROM's em Portugal não alterou a situação real das bibliotecas portuguesas. A dependência continua a ser do estrangeiro, apenas com a diferença de redução nos custos das telecomunicações. Nem mesmo a adopção entusiástica dos CD ROM's suscitou alguma consideração relativamente à possível organização de uma biblioteca de empréstimo, ou ao lançamento dos fundamentos de uma política nacional de aquisições. Deste modo, para nós, as vantagens do CD ROM ameaçam ficar comprometidas pela ausência completa de reflexão sobre como libertar o efeito multiplicador das novas tecnologias de informação.

Não substituindo o CD ROM a existência da própria informação, a vulgarização dos CD ROM's em Portugal não alterou a situação real das bibliotecas portuguesas. A dependência continua a ser do estrangeiro, apenas com a diferença de redução nos custos das telecomunicações.

A verdadeira modernização das bibliotecas portuguesas mal começou. Elas têm sofrido nos últimos anos grande operação, e não simplesmente cosmética, mas não tanto que

se possa afirmar que os velhos hábitos e carências foram erradicados. Um ou outro aspecto altamente positivo não nos devem iludir. Mesmo o êxito da PORBASE é ainda parcial. Continuamos a crer que a razão profunda se poderá encontrar na falta de enquadramento político e na subsequente falta de apoio e motivação.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS — *Ponto da situação da aplicação das novas tecnologias de informação às bibliotecas e o seu impacto na actividade das bibliotecas em Portugal*. Luxemburgo, CCE, 1988 (LIB2, 1986).
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS — *Ponto da situação [...] Actualização*. Lisboa, BAD, 1992 (LIB2, 1991).
- CABRAL, Maria Luísa; ANTÓNIO, Rafael — *Cartão de encargos do concurso público para a adjudicação do sistema informático para a Biblioteca Nacional*. Lisboa, BN, 1986.
- CABRAL, Maria Luísa — «The use of CDS/ISIS to prepare UNIMARC records for PORBASE», in *UNIMARC in theory and practice: papers from the UNIMARC workshop, Sydney, August 1988*. The Hague, IFLA, 1989, p. 47-50.
- CABRAL, Maria Luísa — *Mudar com a Biblioteca Nacional*. Comunicação ao 1.º Encontro de Bibliotecários de Língua Portuguesa, Lisboa, Fevereiro 1990 [não publicado].
- CABRAL, Maria Luísa — *Fulfilling the National Library's functions through automation*. Paper presented at the IFLA UNESCO Pre-Session Seminar, August 1991, Moscow [no prelo].
- CORNISH, Graham — *Interlending and document supply*. Paris, UNESCO, 1990.
- LOPES, Maria Inês — «Co-operation for improvement: a look into the future of the

Portuguese library scene». Paper presented to the 1st. International Conference on Library Automation and Networking, Brussels, May 1990. In *Library automation and networking: new tools for a new identity*. Munchen, SAUR, 1991, p. 254-265.

LOPES, Maria Inês — *Projecto CLIP: melhorar, compatibilizar e cooperar em indexação*. Comu-

nicação apresentada ao 3.º Congresso BAD, Lisboa, Fevereiro 1990.

MOURA, Maria José, coord. — *Leitura pública: rede de bibliotecas municipais*. Lisboa, SEC, 1986.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística — *Estatísticas da cultura, recreio e desporto: 1986, 1987, 1988*. Lisboa, INE.

CARLOS FININIA

Faculdade de Educação, Universidade de Évora

As bibliotecas são complexos dos conjuntos de bases de dados que remontam a uma época em que um dos principais tipos de dados utilizados no trabalho intelectual eram as ideias registadas anteriormente e que existiam à forma escrita, estavam registadas em documentos. Os livros constituíam então as mais complexas e coerentes bases de dados de então.

Os livros e as bibliotecas têm várias dimensões sociais que ultrapasam, ou reforçam, a realidade imediatamente referida: são difusor de algum espaço de encontro e diálogo, objecto promotor de afectividade. Mas tal facto não invalida o anteriormente afirmado, interessante para se perceber as evoluções possíveis que as bibliotecas poderão vir a sofrer, as alterações que é conveniente introduzir no funcionamento das bibliotecas universitárias para que elas continuem a assumir o seu

importante papel no ensino e na investigação.

Nas últimas décadas o progresso tecnológico transformou radicalmente a estrutura e forma de funcionamento das instituições organizadoras de informação, essas históricas bases de dados. A gravação sonora e visual permite captar muitas novas informações e conservá-las para o futuro; a informática e o registo magnético potencializam as capacidades de conservação da informação. Estes diversos tipos de registo de informação articulam-se. As comunicações permitem o intercâmbio de informações e documentos a grande velocidade.

Se atendermos puramente a estes aspectos técnicos não será difícil imaginar alguns cenários de evolução possível.

Um primeiro cenário aponta para as bibliotecas universitárias não quiserem continuar a ser uma base de dados apenas em livros, revistas e